

## QUEER (NEO)COLONIAL: COLONIALIDADE E TEORIA QUEER NO BRASIL

### Igor Leonardo de Santana Torres

*Mestrando do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS/UFRN), torres.igorsantana@gmail.com.*

### Felipe Bruno Martins Fernandes

*Professor do bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade, dos programas de pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos (PPGNEIM), Estudos Étnicos e Africanos (POSAFRO) e Antropologia (PPGA) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), fernandes.felipebruno@gmail.com.*

### Resumo

Qual o balanço da institucionalização da *queer theory* [teoria *queer*] no Brasil? Quais as operações de poder envolvidas nesse processo? A partir de uma cena etnográfica, essas questões nos são impostas e tentamos respondê-las neste artigo. Nesse sentido, a partir de revisão bibliográfica, objetivamos, ao tomar o colonialismo como um modo de pensar eurocentrado que se estrutura por meio de colonialidades de poder, ser e saber, mostrar como o movimento *queer* reproduz essa matriz ao seguir um *script* eurocêntrico de constituição de uma “nova” elite de pensamento a partir das relações de saber e poder inseridas no campo de disputa com o movimento LGBT no Brasil. Questionamos também ainda as relações internas de produção de conhecimento *queer* e, ainda, aquele que se propõe decolonial. Concluimos argumentando que os estudos/teoria/movimento *queer* no Brasil reforçam, se instauram e se mantêm desde relações de poder (neo)coloniais.

**Palavras-chave:** Brasil, *Queer*, Cuir, Colonialidade, Movimento LGBT.

## Introdução

Qual o balanço da institucionalização da *queer theory* [teoria *queer*] no Brasil? Quais as operações de poder envolvidas nesse processo? Essa provocação surge do relato de um dos integrantes, um homem-negro-*gay*, que atua voluntariamente num dos grupos de ativismo LGBT da região nordeste do Brasil. Durante uma conversa informal na sede do grupo, quando um interlocutor diz haver algumas críticas feitas ao grupo no que toca a sua percepção como de classe média e branco, o funcionário em resposta, e em tom levemente exaltado, revive suas memórias longínquas do movimento LGBT pontuando que muitas vezes sofreu agressões da polícia ao ajudar travestis. Quando comenta seu profundo desgosto com a falta de reconhecimento por seus serviços prestados ao organismo no qual trabalha, em diálogo com outro colega, termina dizendo: “faz de qualquer jeito, bem ou mal, não seremos nós que levaremos o crédito mesmo”.

A cena etnográfica nos ofereceu *insights* instigantes, posto que mostra como grupos populares estavam desde o começo presentes no movimento LGBT realizando trabalho de base e contribuindo na difusão e fortalecimento das organizações, com um contato mais corpo a corpo, direto e sedutor para às causas de comunidade LGBT. Essa narrativa também nos provocou a pensar o *modus operandi* pelo qual o *queer* ganhou espaço e importância no Brasil, notadamente no cenário político e acadêmico. Essa provocação nos encaminhou para uma linha argumentativa na qual sugerimos que a instalação da *queer theory* [teoria *queer*] foi facultada a partir de uma ação de caráter colonial que implicou na homogeneização do movimento LGBT brasileiro, criando uma narrativa de deslegitimidade sobre este e, a contraponto, colocando-se num lugar de super esclarecimento, beirando quase o messianismo (FERNANDES 2011). Com isso, acreditamos que ocorreu uma imediata tradução de uma teoria anglófona sobre a sexualidade, o desejo e a identidade e a adoção de um modelo eurocêntrico de disputa de poder, reiterando um sistema de sujeição epistêmica e invisibilização de corpos tão comum às colonialidades do saber e poder.

Como afirmamos em outro texto (TORRES; FERNANDES, 2017), o *queer*, ainda que não declarada ou visivelmente, em suas abordagens teóricas põe-se – ou deveria pôr-se – na linha de frente de oposição

aos valores da modernidade com uma forte crítica à fixidez, identidade, naturalidade, universalidade *etc.* No entanto, sua chegada ao Brasil não foge à matriz eurocêntrica das produções de conhecimento e relações de poder, uma vez que utiliza desse mesmo arcabouço em suas práticas e construção crítica e política. O punitivismo do qual a *queer theory* [teoria *queer*] passou a beber, sintetizado no conceito de “*queer* punitivista” (TORRES; FERNANDES, 2017), seria uma expressão inicial – ou uma das – desse caráter eurocêntrico ainda preservado.

Este texto tenta dar continuidade a um trabalho reflexivo sobre a colonialidade do *queer* no Brasil que pode ser primeiramente visto nos ensaios de Jurema Mombaça, quem, no *Desfazendo Gênero* de 2015, em Salvador, quando da palestra de Judith Butler no Teatro Castro Alves, portas fechadas para quem não tinha ingresso, pegou o microfone e criticou a ausência, naquele espaço, de muitos corpos abjetos dos quais os textos da autora falam e estávamos discutindo naquela tarde, além dos corpos racializados e deficientes não contemplados em sua teoria. Replicando a crítica que lhe fora dirigida, ademais de concordar, a filósofa disse que estava a cargo dos presentes no teatro espalhar o que fosse discutido ali. Uma resposta que foi considerada por algumas pessoas um “tirar o corpo fora”.

Os ensaios de Mombaça, *Pode um cu mestiço falar*, publicado no Medium em 2016, e *Para desaprender o queer dos trópicos: desmontando a caravela queer*, publicado no [SSEX BBOX], inserem-se nesse rol de questionamentos subalternos sobre o sujeito da *queer theory* [teoria *queer*], não tanto o sujeito de estudo, mas o sujeito de produção desse saber abjeto. Coincidentemente ou não, Jurema Mombaça não foi a única a fazer uma crítica ao quase vazio de representatividade racial naquele evento, juntou-se às suas observações, noutro momento, as críticas também feitas por Yuderkys Espinosa Miñoso (REA, AMANCIO, 2018). Fora do Brasil, em países como Cuba, Chile, Venezuela, encontramos outras tantas contribuições para o debate sobre o *queer* e seu trânsito para o Sul: Alberto Abreu Arcia (2018, 2020a, 2020b), Yos Piña Narvaéz (2018), Julieta Paredes (2015), Maria Galindo (2016), Hija de Perra (2014), Felipe Rivas San-Martín (2011), Paco Vidarte (2007), apenas para citar algumas.

Diante disso, objetivamos, ao tomar o colonialismo como um modo de pensar eurocentrado que se estrutura por meio de colonialidades de poder, ser e saber, mostrar como o movimento *queer* reproduz essa matriz ao seguir um *script* eurocêntrico de constituição

de uma “nova” elite de pensamento a partir das relações de saber e poder inseridas no campo de disputa com o movimento LGBT no Brasil.

## Costureiro ou Queer: performance colonial na disputa por espaço

No texto *O costureiro e sua grife*, Pierre Bourdieu e Yvette Delsaut (1975) analisaram a forma como costureiros de grifes francesas matavam simbolicamente as gerações que as antecederam como parte de um processo de consolidação de novas hegemonias no campo da moda. Ao mostrar como se estabelece esse exercício de poder, o sociólogo possibilitou-nos pensar como o *queer* representa uma nova produção de hegemonia dentro de um exercício eurocêntrico de poder. Apesar de se reivindicar contra hegemônico, percebe-se na sua consolidação no Brasil o mesmo *modus operandi* das sociedades do capitalismo industrial tardio. Ainda que as observações de Bourdieu e Delsaut referenciem um contexto geográfico e conceitual completamente distintos, são nas suas considerações da dinâmica entre as grifes como um processo permeado por relações econômicas, geracionais e raciais, que pudemos criar certas correlações (FERNANDES, 2011).

O procedimento de constituição de novas hegemonias era marcado pela estratégia de desvalorização simbólica das grifes mais antigas pelos novos costureiros, algo que ocorria intragrupos raciais e econômicos. A dinâmica de alternância de poder não implicava na alteração do status social dos sujeitos dessa relação, pelo contrário, era facultada por essa pertença compartilhada (BOURDIEU; DELSAUT, 1975). Ocorre-nos que, na medida em que alguns críticos *queer* compartilham de igual status de classe e raça daqueles com os quais antagonizam, o mesmo processo pode ser depreendido da inserção do *queer* no Brasil. Bourdieu e Delsaut (1975) nos permitiram pensar que, em alguns contextos, como a moda, o gênero e a sexualidade são campos de disputas, nos quais as diferentes opções teóricas e movimentos, cujos principais atores e atrizes estão relacionados, são *maisons en concurrence*. Relativamente ao *queer* e ao movimento LGBT, representa-se aqui muito bem a relação de antagonismos vista entre os “tradicionais” e os “audaciosos”, “novos” e “velhos” costureiros de Bourdieu e Delsaut (1975) e como as táticas de manutenção e translação de hegemonia constituem essas relações (FERNANDES, 2011).

Tendo em vista essas relações de poder concorrente e constitutivas desse movimento de troca, não estranhemos, então, a universidade ter sido o lugar primeiro de surgimento das discussões *queer* no Brasil, um braço da colonialidade, como afirmou Ochy Curiel, lugar por excelência do assimilacionismo de um modelo teórico estrangeiro por pessoas pesquisadoras brasileiras brancas. Isso nos leva a concordar com Maria Galindo (2016, p. 229) ao criticar que os conteúdos da *queer theory* [teoria *queer*] não partem das ruas, local de relevância para pensar a gênese de movimentos como LGB e Trans, observando que, “na América Latina, a teoria *queer* em geral é uma teoria para a elite, a partir das elites, que termina perdendo seu conteúdo subversivo” (GALINDO, 2016, p. 229, grifos nossos). Uma teoria deslocada pensando corpos deslocados da teoria, como equacionar este problema?

Sobretudo um problema que se acentua ainda mais no modelo de Academia neoliberal. Uma vez que, dentro do mercado acadêmico, a circulação e o domínio de teoria não representam somente prestígio social, mas poder econômico, o *queer*, um novo produto, criou um novo mercado. Dos seus escritórios nas universidades públicas brasileiras, pessoas pesquisadoras que passaram ou não parte de sua formação no exterior, mas que tiveram acesso aos primeiros escritos *queer* em língua inglesa ou espanhola, no contato com o quadro teórico-conceitual estadunidense, prescreveram uma metodologia de pesquisa enquadrada em algumas poucas referências ocidentais do Norte Global Ocidental (leia-se aqui eixo EUA e Europa Ocidental).

O *queer* antes de se opor às colonialidades de saber e poder, só pode se consolidar ao chegar ao Brasil, porque já se servia antes mesmo dessas colonialidades que se sustentaram e sustentam-se no racismo sistêmico brasileiro, vide as desigualdades de acesso ao ensino superior marcadas pelo racismo e classismo. Seria assim que, então, movidos pela ideia de uma teoria radical da sexualidade e sua implementação a todo custo no país, condicionariam sua aplicabilidade a um escamoteamento de identidades, que serve ao projeto de ascensão desse modelo teórico mediante a superficialização da política LGBT nacional e manutenção de uma elite intelectual detentora de um monopólio *queer*.

Ademais esses críticos são notados por uma certa articulação de suas pesquisas com suas práticas políticas e trabalhariam sobremaneira com a articulação dos marcadores das diferenças (BENTO, 2017). O quadro que se estabelece é: muda-se a epistemologia e a

perspectiva política, mas as pessoas a(u)toras continuam as mesmas, embora desta vez elas se mantenham no posto de elite se dizendo representar, defender o lugar, a voz e as experiências dos corpos subalternos que outrora foram escamoteados por uma política LGBT cisheteronormativa e sexista.

## Quem produz *queer theory* [teoria *queer*] no Brasil?

Atentar para o perfil dos produtores de conhecimento *queer* no Brasil, denunciando a colonialidade de sua constituição, trata-se de inflexão relevante, pois que “fala de uma materialidade que produz a divisão clássica entre o sujeito cognoscente e o objeto do conhecimento, daqueles que permanecem no lugar do verdadeiro sujeito produtor e daquele que, ignorante, precisa ser instruído” (MIÑOSO, 2015 tradução nossa). O discurso *queer* da última década incita a produção de um saber *queer* querendo-se local, latino-americano, mas excluindo as vozes racializadas da discussão e produção de sentidos, teorias e experiências *queers* em primeira pessoa.

Como bem argumenta Yuderlys Espinosa Miñoso (2015), os movimentos feministas e *queer* na América Latina se desenvolveram dentro de uma mirada de desenvolvimento linear do projeto moderno com tendências ao imperialismo e ao universalismo de suas teorias e conceitos, o que se percebe sobremaneira nas sucessões de marcos teóricos como a tratada no tópico anterior. Isso revelaria uma narrativa de progressivismo nos regimes de verdade sobre a sexualidade, no qual estas novas teorias e correntes de pensamento se colocam como algum avanço em relação a “toda forma anterior de interpretação do corpo e da sexualidade” (MIÑOSO, 2015, tradução nossa). Essa gestão do saber ocorre dentro de uma racionalidade ocidental moderna que, tentando se manterem distantes, esses movimentos acabam de aproximando em suas metodologias.

No limiar dessa discussão, pode-se dizer que houve uma replicação da crítica *queer* estadunidense no Brasil, homogeneizando o movimento daqui desde suas formulações contra-argumentativas. Tanto as surgidas nos Estados Unidos da América (EUA), quanto as replicadas no Brasil, partiam de uma necessidade de radicalização política e questionavam os valores de raça, classe e identitários que se observavam no movimento LGBT: o essencialismo identitário posto como estratégico, a eleição de um padrão materializado na figura do

gay viril, a assimilação capitalista, a inclusão social a partir do *pink money*, a exclusão de LGBT racializadas do debate e a brancura da representação de pessoas de sexualidades não-heterossexuais.

Não se trata aqui de refutar essas críticas, mas trazer novos olhares que permitam, dentre outras coisas, situá-las no complexo contexto do movimento LGBT brasileiro que, muito embora, tenha sido influenciado pelas movimentações das décadas de 1960-1970 nos EUA, com a revolução sexual e a organização política de sujeitos de sexo/gênero não-conformes, há que se ressaltar as particularidades do movimento que se desenrola no Brasil, social e politicamente distinto do seu contexto de inspiração. Perlongher (2008), Fry (2008) e MacRae (2018) são incisivos ao apontar as resistências e, *ipso facto*, os distanciamentos que se mostravam no decorrer desse processo. Argumentos que fazem contraponto a uma tese de absorção automática e homogênea de uma política estrangeira – tal qual a que pode ser apreendida como subtexto da crítica *queer* brasileira.

Diante disso, faz-se necessário o trabalho reflexivo de nos questionarmos “de que maneira temos sido agentes a serviço da expansão da razão racista imperial?”, “como as novas verdades introduzidas sobre gênero e sexualidade contribuem para a expansão do programa moderno-ocidental, ocultando a colonialidade?” (MIÑOSO, 2015, tradução nossa) e a maneira pela qual o projeto *queer* no Brasil em suas primeiras décadas deu continuidade a uma produção de unidade do sujeito dissidente de gênero e sexualidade às custas de outras categorias que coconstituem essas dissidências, criando uma nova economia política da verdade (MIÑOSO, 2015).

## Considerações finais

Se situarmos o *queer* como um conceito e um política da plasticidade, no sentido que permite trânsitos e câmbios, veremos que os sentidos dos quais dispõe não lhes são inatos, mas atribuídos a partir de práticas carregadas de valores simbólicos, corpóreos e, por isso, materiais, construídos na agência dos sujeitos. Isso indica que ademais de uma suposta decolonialidade ou radicalidade implícita no termo, são as utilizações e apropriações do *queer* que acentuarão ou provocarão a elisão dessas potencialidades. Nesse sentido, somos impelidos a concordar que houve – talvez ainda haja, mediante a resistência de algumas pessoas autoras em aceitar conceitos e discussões oriundas,

mesmo, de grupos dissidentes sexuais e de gênero –, “certos enquadramentos positivistas naturalizados na teoria *queer* contemporânea” (LOURENÇO, 2017, p. 875, grifos nossos). Isso revela o caráter performativo dos conceitos que podem ser citados e excitados, colocando em questão qualquer ideia de estabilidade conceitual que não está sob o controle acadêmico.

Diferente do que possa parecer, este texto não tem por objetivo explícito ou tácito “cancelar o cuier” ou promover “lugares de cala” servindo-nos do “lugar de fala” como “mote moral legítimo para a promoção de silenciamentos contra pesquisadoras(es) do campo dos estudos de gênero, sexualidade e raça.” (PELÚCIO; DUQUE, 2020, p. 129). Tampouco desejamos uma leitura deste texto como “expição de culpa”. Pretendemos mostrar as relações inextricáveis entre saber e poder, assim como a complexidade que enreda a transição de marcos teóricos e suas substituições. Processo que, não havendo a autorreflexividade necessária sobretudo em projetos teóricos que tenham como princípio a radicalidade, pode incorrer na reprodução de ausências e práticas (neo)coloniais. Nesse sentido, como já mencionado, o argumento aqui não caminha na negação da crítica *queer*, mas na forma como ela foi gestada e difundida. Os aportes político-teóricos trazidos pela teoria são de fundamental importância na proposição de novas formas de se pensar e fazer política no campo de gênero e sexualidade no Brasil.

No entanto, se não há pretensão de apagamento de corpos racializados e subalternizados na crítica *queer*, desvelemos esse outro lado da história, mostrando não somente a ação desses sujeitos na constituição do movimento LGBT e sua heterogeneidade epistemológica, mas conferindo-lhes um lugar na produção acadêmica e política. De fato, visibilizando esses lugares que já são *loci* de produção política *queer* antes do conceito aqui chegar e que, embora não ocupando lugares centrais na cena, na periferia das representações e das universidades, agenciavam e agenciam poderes. Deve-se ainda agregar a isso uma crítica direta e autorreflexiva sobre a produção acadêmica *queer*, apontando para uma redistribuição de espaço de produção e visibilidade epistêmica de outros corpos desde outras referências e saberes, crucial para pensar gênero e sexualidade em qualquer contexto. Subscrevendo o que diz Fernandes (2020, p. 54) nosso desafio deve ser, “[...] desde e para a ‘margens’, buscar alternativas nas quais sejamos os protagonistas, sem replicarmos, pura e simplesmente,

determinados modelos de análise.” Sobretudo quando estes tratam de categorias externas que não dizem sozinhas sobre nós. Subscrevemos os sentimentos aos quais Jurema Mombaça (2016, p. 324) foi exposta no contato com sua interlocutora de pesquisa que, segundo ela, “me sacodia dizendo: tua ficção é tua, não é sobre mim que falam tuas categorias”.

## Referências

ARCIA, A. A. ¿Existe una identidad queer/cuir? Una lectura deconstructiva desde el latinoamericanismo, los saberes al borde y el pensamiento decolonial. (I). **Afromodernidad**, [S. l.], 15 jan. 2020b. Disponível em: <https://afromoderno.wordpress.com/2020/01/11/di-queer-cuir-con-las-nalgas-afuera-por-alberto-abreu/>. Acesso em: 6 ago. 2020.

ARCIA, A. A. Di queer/cuir con las nalgas afuera. **Afromodernidad**, [S. l.], 11 jan. 2020a. Disponível em: <https://afromoderno.wordpress.com/2020/01/11/di-queer-cuir-con-las-nalgas-afuera-por-alberto-abreu/>. Acesso em: 6 ago. 2020.

ARCIA, A. A. Soy negro, ¿soy queer/cuir? **Afromodernidad**, [S. l.], 18 abr. 2018. Disponível em: <https://afromoderno.wordpress.com/2018/04/18/soy-negro-soy-queer-cuir-por-alberto-abreu-arcia/>. Acesso em: 22 maio 2019.

BENTO, B. **Transviad@s**: gênero, sexualidade e direitos humanos. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/26037>. Acesso em: 18 maio 2019.

BOURDIEU, P.; DELSAUT, Y. Le couturier et sa griffe : contribution à une théorie de la magie. **Actes de la recherche en sciences sociales**, Paris, vol. 1, n. 1, p. 7-36, jan. 1975.

DE PERRA, H. Interpretações imundas de como a Teoria Queer coloniza nosso contexto sudaca, pobre de aspirações e terceiro-mundista, perturbando com novas construções de gênero aos humanos encantados com a heteronorma. **Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 2, p. 1-8, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/12896>. Acesso em: 21 maio 2019.

FERNANDES, E. R. Queer caboclo como possibilidade anticolonial: algumas reflexões à guisa de provocação. **Contemporânea**, v. 10, n. 1, p. 35-56, jan./abr. 2020. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/824>. Acesso em: 1 abr. 2021.

FERNANDES, F. B. M. **A Agenda anti-homofobia na educação brasileira (2003-2010)**. Orientadora: Miriam Pilar Grossi. 2011. 422 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/95612>. Acesso em: 18 maio 2019.

FRY, P. Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: FRY, Peter. **Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982, p. 87-115.

GALINDO, M. “A homogeneidade do feminismo nos entedia; é preciso criar alianças insólitas”. **SUR 24**: Revista Internacional de Direitos Humanos, São Paulo v. 13, n. 24, p. 225-235, dez. 2016. Disponível em: <https://sur.conectas.org/homogeneidade-do-feminismo-nos-entedia-e-preciso-criar-aliancas-insolititas/>. Acesso em: 6 ago. 2020.

LOURENÇO, D. Queer na primeira pessoa: notas para uma enunciação localizada. Revista de **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 875-887, maio/ago. 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2017000200875&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2017000200875&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 18 maio 2019.

MACRAE, E. **A construção da igualdade: política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”**. Salvador: Edufba, 2018.

MIÑOSO, Y. E. El futuro ya fue. Una crítica a la idea del progreso en las narrativas de liberación sexo-genéricas y queer identitarias en Abya Yala. **Desde el margen**, [S. l.], 2015. Disponível em: <http://desde-elmargen.net/el-futuro-ya-fue-una-critica-a-la-idea-del-progreso-en-las-narrativas-de-liberacion-sexo-genericas-y-queer-identitarias-en-abya-yala/>. Acesso em: 18 maio 2019.

MOMBAÇA, J. Para desaprender o queer dos trópicos: desmontando a caravela queer. **SSEXBBOX**, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.ssexbbox.com/2016/08/para-desaprender-o-queer-dos-tropic-os-desmontando-a-caravela-queer/>. Acesso em: 19 maio 2019.

MOMBAÇA, J. Pode um cu mestiço falar? **Medium**, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://medium.com/@jotamombaca/pode-um-cu-mestico-falar-e915ed9c61ee>. Acesso em: 18 maio 2019.

MOMBAÇA, J. Rastros de uma submetodologia indisciplinada. **Revista Concinnitas**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 28, p. 341-354, jan./jul. 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/concinnitas/article/view/25925>. Acesso em: 22 maio 2019.

NARVÁEZ, Y. P. **No soy queer, soy negrx, mis orishas no leyeron a J. Butler**. 1. ed. Ciudad de México: Zineditorial, 2018. Disponível em: <https://zineditorial.files.wordpress.com/2018/04/no-soy-queer-soy-negrx-lectura.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2020.

PAREDES, J. The Neocolonial Queer. *In*: TELLIS, Ashley; BALA, Sruti. **The Global Trajectories of Queerness: re-thinking same-sex politics in the Global South**. Boston: Brill/Rodopi, 2015. p. 229-239.

PELUCIO, L.; DUQUE, T. “Cancelando” o cuier. **Contemporânea**, v. 10, n. 1, p. 125-151, jan./abr. 2020. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/859/pdf>. Acesso em: 1 abr. 2021.

PERLONGHER, N. **O negócio do michê**. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

REA, C. A.; AMANCIO, I. M. S. Descolonizar a sexualidade: Teoria Queer of Colour e trânsitos para o Sul. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 55, p. 1-38, out. 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332018000200507-&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000200507-&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 18 maio 2019.

SAN MARTÍN, F. R. Diga “queer” con la lengua afuera: Sobre las confusiones del debate latinoamericano. In: CUDS. **Por un feminismo sin mujeres**. Santiago de Chile: CUDS, 2011. p. 59-75.

TORRES, I. L. de S.; FERNANDES, F. B. M. Se sofrer LGBTfobia na universidade, denuncie! O Queer Punitivista no contexto de precarização do trabalho. **Revista Diversidade e Educação**, Rio Grande, v. 5, n. 2, p. 40-59, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/7526>. Acesso em: 18 maio 2019.

VIDARTE, P. El banquete uniqueersitario: disquisiciones sobre el s(ab)er queer. In: CÓRDOBA, David; SÁEZ, Javier; VIDARTE, Paco (ed.). **Teoría Queer**: Políticas bolleras, maricas, trans, mestizas. Barcelona: Egales, 2005. p. 77-109.